Artigo original

A prática da automedicação por trabalhadores offshore

The practice of self-medication by offshore workers

Marcelle Barbosa Viana
Graduanda em Farmácia, pela Faculdade de Medicina de Campos, Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: marcelleviana9@gmail.com

Jaise Silva Ferreira
Mestre em Ciência Animal, Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes,RJ
Professora titular da Faculdade de Medicina de Campos (FMC), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: jaisesf@gmail.com

Resumo: A automedicação, definida como o uso de medicamentos sem orientação profissional, é um desafio global, intensificado em ambientes estressantes como plataformas *offshore*, podendo levar a efeitos adversos. Este estudo observacional transversal buscou avaliar a prevalência de automedicação, classes de medicamentos utilizadas e motivações para essa prática por trabalhadores *offshore.* A pesquisa envolveu 25 participantes, com dados coletados via *Google Forms*®, no período de maio a junho de 2025, abordando o perfil sociodemográfico e epidemiológico, automedicação, fontes de informação e efeitos adversos. A maioria dos participantes são homens (96,0%), com idades entre 21 e 48 anos e ensino médio completo (76,0%). A automedicação foi relatada por 76,0% dos participantes da pesquisa. Em relação à frequência, 64,0% dos respondentes afirmaram que recorrem à automedicação apenas 'raramente'. Analgésicos e anti-inflamatórios foram as classes mais consumidas. O alívio rápido dos sintomas (60,0%) foi o principal motivo e o conhecimento próprio (48,0%), o principal critério de escolha. Profissionais de saúde (72,0%) foram a fonte de informação mais utilizada. Hábitos de automedicação também foram observados em participantes com doenças crônicas ou em uso contínuo de medicamentos, com poucos relatos de sintomas adversos. Conclui-se que a automedicação é prevalente em trabalhadores *offshore* motivada pela busca por alívio imediato, considerando o conhecimento prévio que possuem. Os resultados destacam a necessidade de programas de conscientização sobre o uso responsável de medicamentos e a promoção da saúde física e mental no ambiente *offshore.*

Palavras-chave: Automedicação. Trabalhadores *Offshore*.Prevalência.Motivações

Abstract: Self-medication, defined as the use of medications without professional guidance, is a global public health challenge, especially in stressful environments such as offshore platforms, where it can lead to adverse effects. This cross-sectional observational study aimed to assess the prevalence of self-medication, the classes of drugs used, and the motivations for this practice among offshore workers. The survey involved 25 participants, with data collected through Google Forms® between May and June 2025, addressing sociodemographic and epidemiological profiles, self-medication practices, sources of information, and adverse effects. Most participants were male (96.0%), aged between 21 and 48 years, and had completed high school (76.0%). Self-medication was reported by 76.0% of the participants. Regarding frequency, 64.0% of respondents stated that they practice self-medication only 'rarely.' Analgesics and anti-inflammatory drugs were the most commonly used classes of medications. The main reason reported was quick symptom relief (60.0%), while prior knowledge (48.0%), was the main criterion for drug choice. Health professionals (72.0%) were the most frequently consulted source of information. Self-medication habits were also observed among participants with chronic diseases or those using continuous medication, with few reports of adverse symptoms. It is concluded that self-medication is prevalent among offshore workers, mainly motivated by the pursuit of immediate relief and based on prior personal knowledge. The findings highlight the need for awareness programs on the responsible use of medications and for promoting physical and mental health in the offshore environment.

Keywords: Self-medication. Offshore Workers. Prevalence. Motivations.

Introdução

A automedicação é definida como o uso de medicamentos por conta própria, sem a orientação de um profissional de saúde (ANVISA, 2020).

De acordo com um levantamento realizado em 2019, pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), em parceria com o Instituto Datafolha, uma significativa parte da população brasileira pratica a automedicação. Os dados mostram que 77% dos brasileiros utilizaram algum tipo de medicamento por conta própria ou alteraram a dosagem prescrita. Dentre essas pessoas, cerca de 47% costumam se automedicar, pelo menos uma vez por mês, enquanto 25% fazem uso inadequado de medicamentos de forma rotineira (CFF, 2019).

A prática da automedicação, frequentemente considerada uma solução rápida para aliviar certos sintomas, pode ter resultados mais sérios do que o esperado. O uso inadequado de medicamentos pode não só piorar uma doença, como também mascarar sinais importantes. Por isso, o consumo desenfreado de medicamentos tornou-se um dos maiores desafios para a saúde global, sendo um problema grave que tem se intensificado ao longo dos anos (Costa *et al.* ,2022).

Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) são produtos farmacêuticos que podem ser adquiridos sem a necessidade de receita médica, estando acessíveis ao consumidor por meio de autosserviço em farmácias e drogarias. Essa categoria inclui medicamentos com propriedades analgésicas, antitérmicas, anti-inflamatórias leves, antiácidas e antialérgicas, entre outras funções terapêuticas (Aditya *et al*., 2020 *apud* Martins *et al*., 2025).

No Brasil, os MIPs são regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que estabelece critérios técnicos e regulatórios para sua classificação e comercialização. A principal norma que trata do tema é a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 98/2016, que define os requisitos necessários para que um medicamento seja considerado MIP, garantindo sua segurança, eficácia e histórico de uso (ANVISA, 2016). Essa regulamentação foi posteriormente complementada pela RDC nº 538/2021, que aprimorou os critérios para a reclassificação de medicamentos sujeitos a prescrição (Brasil, 2021).

Segundo a RDC nº 98/2016, um medicamento só pode ser classificado como isento de prescrição se tiver pelo menos dez anos de comercialização, apresentar segurança comprovada, ser usado por período curto, ter indicação terapêutica, permitir manejo pelo paciente ou cuidador e não oferecer risco de dependência (ANVISA, 2016).

A Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (LMIP) passou por atualizações significativas ao longo dos anos. Em 2022, a Instrução Normativa nº 120 revisou essa lista (CFF, 2022), que foi novamente revisada em março de 2024 pela Instrução Normativa nº 285,

incorporando 260 medicamentos sintéticos, específicos e biológicos, além de 57 fitoterápicos (ANVISA, 2024).

No Brasil, o desafio da automedicação se intensifica devido ao alto índice de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, que não têm recursos para pagar consultas médicas ou obter receitas adequadas. Além disso, a deficiência na saúde pública contribui para que muitos vejam na automedicação a única solução. Esse problema também está relacionado a fatores como nível de escolaridade, acesso limitado a informações sobre medicamentos e aspectos culturais (Silva, 2019).

O termo *offshore*, originário do inglês, significa "afastado da costa" e, no contexto da indústria petrolífera, é utilizado para designar as atividades desenvolvidas em alto-mar, como a prospecção, a exploração e a produção de petróleo (Bastos *et al*., 2020).

O ambiente de trabalho *offshore* apresenta características que agravam ainda mais o cenário da automedicação, já que os trabalhadores estão frequentemente expostos a condições de trabalho estressantes e de alto risco. O isolamento, o trabalho noturno, a sobrecarga de tarefas, o confinamento e a exposição a agentes químicos tornam os trabalhadores mais suscetíveis ao adoecimento físico e psicológico (Bastos *et al*., 2020).

A saúde mental na indústria *offshore* está se tornando uma preocupação crescente devido às condições de trabalho únicas, frequentemente estressantes enfrentadas pelos trabalhadores. A combinação de isolamento, longos períodos longe de casa e a intensidade do trabalho em plataformas *offshore* contribuem significativamente para altos riscos psicossociais. Essas condições propiciam o surgimento de transtornos mentais, como estresse, ansiedade e depressão, que são comuns nesse ambiente (Bastos, 2020 *apud* Lisboa, 2024).]

A bordo das plataformas *offshore*, o técnico de enfermagem é responsável por todo o controle de medicamentos, desde a solicitação e recebimento até o armazenamento e suprimento de locais estratégicos, como armários e maletas de emergência. Também realiza os registros de consumo, recebimento e descarte em diferentes sistemas e livros de controle, de acordo com a categoria do fármaco (Mouzer,2015).

Nesse contexto, a presença do farmacêutico é fundamental, pois é o profissional habilitado no uso de medicamentos, responsável pela produção, controle de qualidade, conservação, distribuição, eficácia terapêutica, acompanhamento, promoção do uso seguro e racional, e capacitado para instruir e promover ações em prol da comunidade (Lima; Guedes, 2022).

O impacto da automedicação na saúde dos trabalhadores *offshore* não pode ser subestimado. Esse comportamento pode comprometer tanto o bem-estar físico quanto psicológico dos trabalhadores, além de gerar riscos adicionais para a segurança operacional. A

compreensão da prevalência e os determinantes da automedicação entre os trabalhadores *offshore* podem fornecer subsídios para a implementação de políticas públicas e programas educacionais voltados à conscientização sobre o uso responsável de medicamentos e ao cuidado com a saúde mental e física dos profissionais que atuam em plataformas *offshore*.

Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa foi avaliar a prevalência da automedicação entre trabalhadores *offshore* e identificar as classes de medicamentos mais utilizadas, assim como as principais motivações para essa prática.

Material e Método

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa observacional transversal, desenvolvida com trabalhadores *offshore* atuantes em diferentes setores. Foram excluídos indivíduos com tempo inferior a seis meses de experiência profissional no trabalho *offshore* e aqueles que não concordaram ou não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O cálculo amostral considerou uma margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%. Inicialmente, o cálculo foi feito com N = 34, representando a população estudada. A fórmula aplicada foi: $n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot (N-1)}$, onde: n representa a amostra, N a população, Z o valor da distribuição normal, p a probabilidade do evento e *e* o erro amostral. Após a aplicação da fórmula, chegou-se ao valor final mínimo de 24 participantes, garantindo representatividade e confiabilidade nos resultados. O cálculo foi realizado por meio da ferramenta disponível em: https://praticaclinica.com.br/anexos/ccolaborativa-calculo-amostral/ccolaborativa-calculo-amostral.php.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de maio e junho de 2025, por meio da aplicação de um questionário estruturado, elaborado na plataforma *Google Forms®.* O acesso ao instrumento foi disponibilizado aos participantes por meio de um grupo no aplicativo *WhatsApp®,* garantindo praticidade e alcance. O questionário abordou as seguintes variáveis: perfil sociodemográfico (idade, gênero, escolaridade, tempo de serviço); perfil epidemiológico (histórico de saúde = comorbidades, uso de medicamentos de uso contínuo); prática da automedicação (se realiza, classe de medicamentos utilizados, motivo para uso e a frequência dessa prática), fontes de informação e indicação para automedicação, efeitos adversos e/ou complicações observadas.

Os dados coletados foram organizados em planilhas do *Microsoft Excel®* (versão 2411). Associações entre variáveis foram realizadas para: idade x doença crônica; tempo de serviço x doença crônica; uso de medicamentos x doença crônica; prática da automedicação x doença crônica; prática da automedicação x medicamentos de uso contínuo; classes de medicamentos

x automedicação; classes de medicamentos x escolaridade; frequência da automedicação x classes de medicamentos; frequência da automedicação x medicamento de uso continuo; motivação da automedicação x frequência da automedicação; motivação da automedicação x medicamentos de uso continuo; escolha do medicamento x escolaridade; onde costuma obter informação sobre o medicamento x escolaridade; sintomas x frequência da automedicação; sintomas x doença crônica; sintomas x medicamentos de uso continuo; sintomas x classes de medicamentos x medicamentos de uso continuo.

Os resultados estão apresentados em tabelas e gráficos, visando facilitar a visualização e a interpretação dos dados encontrados.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde, atendendo às Resoluções nº 466/2012, nº 510/2016 e nº 674/2022, além do Ofício Circular nº 2/2021, que orienta pesquisas em ambiente virtual. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado eletronicamente antes da aplicação do questionário, permitindo leitura prévia e aceite por meio da opção "Aceito". O projeto foi submetido à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, respeitando todas as diretrizes vigentes e aprovado com Parecer de número: 7.503.366.

Resultados e Discussão

Participaram do estudo 26 trabalhadores *offshore*, porém uma resposta foi excluída por não atender aos critérios éticos, devido à ausência do aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, a análise dos resultados considerou uma amostra final composta efetivamente por 25 participantes válidos.

A análise das variáveis sociodemográficas revelou predominância do sexo masculino (96,0%) entre os trabalhadores *offshore* que participaram desta pesquisa (n=25). Este resultado confirma as observações feitas anteriormente por Santos (2019), que explica que a baixa presença de mulheres nesse tipo de trabalho está relacionada a barreiras e preconceitos que dificultam a entrada e permanência feminina nesse ambiente.

A faixa etária dos participantes variou entre 21 e 48 anos, com maior concentração entre aqueles de 31 a 40 anos. Quanto à escolaridade, observou-se predominância do ensino médio completo, representando 76,0% dos trabalhadores *offshore* avaliados, resultado que está em consonância com o estudo de Rocha (2023), o qual aponta que 51,9% dos profissionais da indústria *offshore* apresentam esse nível de escolaridade, reforçando que essa é a formação mais comumente exigida no setor.

Com relação ao tempo de serviço, observou-se que 40% dos participantes atuavam entre 1 e 4 anos na plataforma, enquanto 32% tinham entre 9 e 13 anos de experiência. Isso demonstra

um equilíbrio entre trabalhadores novos e experientes. As informações detalhadas sobre o perfil sociodemográfico encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos participantes segundo gênero, faixa etária, escolaridade e tempo de serviço (n = 25)

Variável	Categoria	n	%
Gênero	Masculino	24	96,0%
	Feminino	1	4,0%
Faixa etária	21–30 anos	3	12,0%
	31–40 anos	15	60,0%
	41–50 anos	7	28,0%
Escolaridade	Ensino fundamental incompleto	1	4,0%
	Ensino médio completo	19	76,0%
	Ensino médio incompleto	1	4,0%
	Ensino superior completo	1	4,0%
	Ensino superior incompleto	1	4,0%
	Pós-graduação	1	4,0%
Tempo de serviço	1–4 anos	10	40,0%
	5–8 anos	2	8,0%
	9–13 anos	8	32,0%
	14–16 anos	5	20,0%

Fonte: Os autores (2025)

Apenas três (12%) dos 25 trabalhadores *offshore* que participaram da pesquisa relataram possuir doenças crônicas, como hipertensão arterial e asma (Tabela 2). Embora o número de casos seja pequeno, os dados sugerem que o avanço da idade pode estar associado ao surgimento dessas condições, uma vez que os participantes afetados tinham entre 35 e 50 anos. Esse resultado está alinhado com os achados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019), que aponta um aumento na prevalência de doenças crônicas, especialmente cardiovasculares e respiratórias, a partir dos 35 anos.

Observou-se também que os trabalhadores com maior tempo de serviço *offshore* (12, 14 e 16 anos) foram os mesmos que relataram doenças crônicas. Dois desses participantes informaram fazer uso contínuo de medicamentos, como losartana (anti-hipertensivo) e Alenia® (corticosteroide inalatório para asma). Esse achado corrobora estudos que analisam a relação entre tempo de atuação profissional e uso regular de medicamentos, como o de Girotto *et al.*

(2016), que evidenciam uma maior prevalência do uso contínuo de fármacos entre trabalhadores com mais tempo de serviço. Essas informações estão detalhadas na Tabela 2.

Tabela 2– Doenças crônicas segundo faixa etária, tempo de serviço e uso contínuo de medicamentos(n=25)

Faixa etária	Tempo de serviço	Com doença crônica (n)	Uso contínuo de medicamentos (n)
≤ 35 anos	≤ 12 anos	0	0
> 35 anos	> 12 anos	3	2

Fonte: Os autores (2025)

A pesquisa revelou que 76% (n=19) dos participantes relataram praticar automedicação, evidenciando que essa é uma prática comum entre trabalhadores *offshore*. Esse comportamento pode estar associado a fatores como acesso facilitado a medicamentos, falta de orientação médica adequada e até hábitos culturais de autogestão da saúde. Além disso, todos os participantes indicaram o uso de pelo menos uma classe de medicamento sem prescrição, o que sugere que, mesmo entre aqueles que não se consideram automedicados, há consumo espontâneo de fármacos, caracterizando a prática de forma indireta.

Esses achados estão em consonância com os dados divulgados pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), que apontam que a automedicação se tornou um hábito de 77% dos brasileiros, segundo pesquisa realizada em 2019. Tal dado reforça a ideia de que essa prática não é isolada ao ambiente *offshore*, mas reflete uma tendência nacional de autogestão da saúde, muitas vezes, motivada por fatores como a dificuldade de acesso a serviços médicos, experiências anteriores com os medicamentos e confiança em fontes não especializadas.

Os dados indicam uma possível correlação entre a presença de doenças crônicas e a prática da automedicação, considerando que os três participantes que relataram possuir tais condições também afirmaram utilizar medicamentos por iniciativa própria. Esse achado reforça o padrão identificado por Arrais *et al.* (2016), segundo o qual indivíduos com condições crônicas tendem a se automedicar com maior frequência, principalmente como forma de controlar os sintomas dessas enfermidades. Essas informações estão detalhadas na Tabela 3.

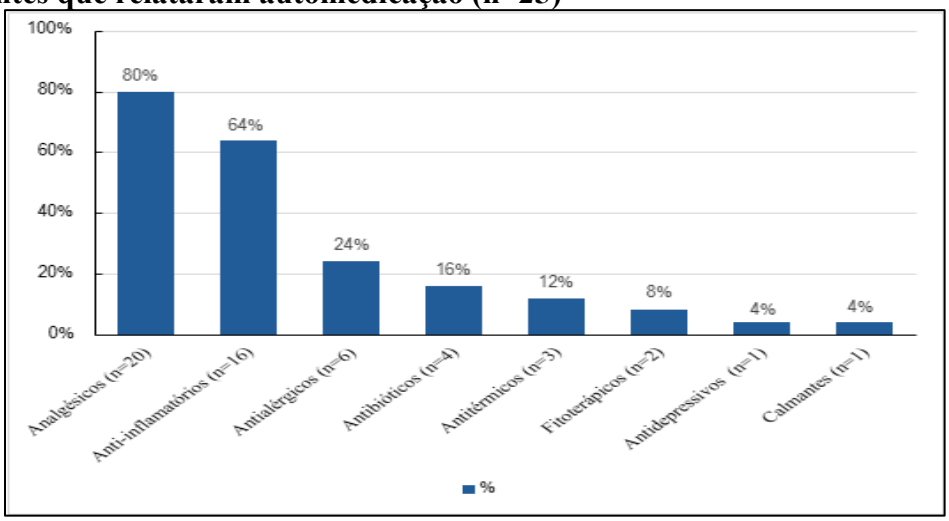
Tabela 3 – Prática da automedicação, uso de medicamentos sem prescrição e presença de doenças crônicas entre os participantes (n = 25)

Variável	n	% total
Relataram automedicação	19	76,0%
Relataram não praticar automedicação	6	24,0%
Usaram ao menos uma classe de medicamento sem prescrição	25	100,0%
Possuem doenças crônicas e praticam automedicação	3	12,0%

Fonte: Os autores (2025)

Estudos anteriores sobre automedicação, como os de Azevedo *et al.* (2023) e do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade-ICQT (2018) indicam uma predominância no uso de analgésicos e anti-inflamatórios entre os indivíduos que recorrem à automedicação. Conforme demonstrado na Figura 1, observou-se uma elevada frequência de consumo de analgésicos (80%) e anti-inflamatórios (64%) entre os participantes, o que corrobora a tendência à busca por alívio imediato de dor e processos inflamatórios, característica comum em diversos contextos, incluindo o ambiente *offshore*. Comparando os resultados do presente estudo com os dados do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade- ICTQ (2018), que registraram 48% para analgésicos, 31% para anti-inflamatórios e 26% para relaxantes musculares, observa-se que essa tendência persiste ao longo dos anos e entre diferentes perfis populacionais.

Figura 1 – Distribuição percentual das classes de medicamentos utilizadas pelos participantes que relataram automedicação (n=25)

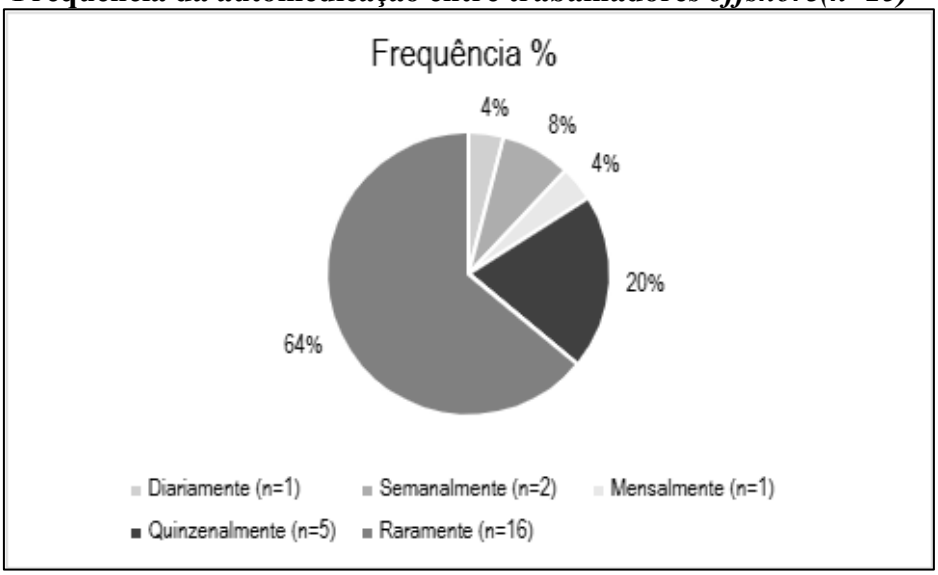


Fonte: Os autores (2025)

Em relação à frequência de automedicação, observou-se que a maioria dos participantes (64%) relatou realizá-la raramente, enquanto 20% mencionaram fazê-la quinzenalmente (Figura 2). Três participantes relataram praticar automedicação com maior frequência, sendo um deles diariamente (n=1) e dois semanalmente (n=2).

Complementando esses achados, Belém *et al.* (2015) ao investigarem a automedicação entre profissionais de saúde, identificaram que 64,4% dos participantes afirmaram utilizar a automedicação raramente, 26,6% relataram utilizar com alguma frequência, 6,6% com muita frequência, e apenas 2,2% afirmaram nunca ter se automedicado, o que reforça a tendência de consumo de medicamentos sem prescrição médica na população em geral, mesmo em uma população com formação técnica e conhecimento sobre o uso racional de medicamentos, corroborando o padrão identificado na presente pesquisa.

Figura 2 – Frequência da automedicação entre trabalhadores *offshore(n=25)*



Fonte: Os autores (2025)

Na Tabela 4, observam-se três participantes que relataram automedicação com maior frequência (diária e semanal), dos quais dois fazem uso contínuo de medicamentos. Destaca-se que o participante que se automedica diariamente também apresenta uma doença crônica (hipertensão). Esse padrão corrobora a hipótese de que a convivência com condições crônicas e o uso regular de fármacos podem influenciar diretamente o comportamento de automedicação, conforme apontado por Santos Neto *et al*. (2023).

Tabela 4 – Frequência de automedicação, uso contínuo de medicamentos e presença de doença crônica entre participantes com maior frequência de automedicação(n=25)

Frequência de Automedicação	Uso Contínuo de Medicamentos	Doença Crônica
Diária	Sim	Sim
Semanal	Sim	Não
Semanal	Não	Não

Fonte: Os autores (2025)

A predominância de participantes com ensino médio completo (n = 19) refletiu-se também na maior variedade de medicamentos utilizados, com destaque para analgésicos (n = 15) e anti-inflamatórios (n = 12), seguidos por antialérgicos (n = 5) e antibióticos (n = 3). No entanto, não é possível afirmar uma relação direta entre escolaridade e classe de medicamentos, pois o número de participantes da pesquisa foi pequeno e o ensino médio é a escolaridade predominante nesse ambiente. Dessa forma, os resultados podem refletir mais o perfil da amostra do que uma influência real do nível de escolaridade sobre o tipo de medicamento utilizado. Um caso pontual, referente a um trabalhador com ensino fundamental incompleto (n = 1), apresentou o uso de seis diferentes classes farmacológicas, além de ser o único a relatar

consumo diário. Por outro lado, entre os participantes com nível superior completo, incompleto e pós-graduação (n = 3), observou-se um padrão mais contido, com menor diversidade terapêutica e uso esporádico (raro n = 2; quinzenal n = 1). Essa distribuição sugere variações no comportamento de automedicação possivelmente relacionadas a múltiplos fatores, como histórico clínico, percepção de sintomas e estratégias individuais de enfrentamento diante das exigências do trabalho *offshore.* Esses dados estão representados na Tabela 5.

Azevedo *et al*. (2023), identificaram em seu estudo que a maioria dos participantes fazia uso de mais de uma classe de medicamentos. Esse comportamento indica uma prática comum de associação de fármacos para o alívio de diferentes sintomas, muitas vezes, sem prescrição ou acompanhamento profissional.

Tabela 5 – Escolaridade dos participantes, classes de medicamentos utilizadas e frequência de uso (n=25)

Escolaridade	n	Classes de Medicamentos Utilizadas	Frequência de Uso
Ensino médio completo	19	Analgésicos, Anti-inflamatórios, antialérgicos, antibióticos	Raramente (13), Quinzenalmente (4), Semanalmente (1), Mensalmente (1)
Ensino médio incompleto	1	Analgésicos, Anti-inflamatórios, antibióticos, antialérgicos	Raramente
Ensino fundamental completo	1	Analgésicos	Raramente
Ensino fundamental incompleto	1	Analgésicos, Anti-inflamatórios, Antitérmicos, Antialérgicos, Antidepressivos, Calmantes	Diariamente
Ensino superior incompleto	1	Analgésicos, antitérmicos	Raramente
Ensino superior completo	1	Anti-inflamatórios	Quinzenalmente
Pós-graduação	1	Analgésicos	Semanalmente

Fonte: Os autores (2025)

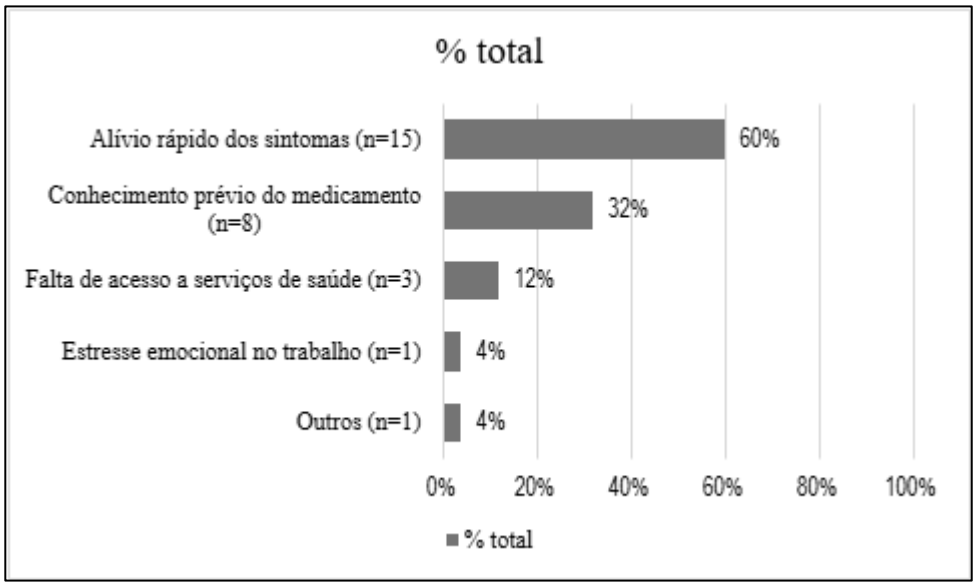
As motivações para a prática da automedicação ajudam a compreender os fatores que sustentam esse comportamento entre os trabalhadores *offshore*. O principal motivo declarado foi o alívio rápido dos sintomas, citado por 15 participantes (60%), sendo predominante entre aqueles que se automedicam raramente (n=8) e quinzenalmente (n=4), mas também presente entre os que relataram uso mensal (n=1), semanal (n=1) e diário (n=1). Esse dado sugere que, independentemente da frequência, a busca por alívio imediato é uma constante. O conhecimento prévio do medicamento foi o segundo motivo mais relatado (n=7; 28%), especialmente entre os que se automedicam de forma esporádica, raramente (n=6) e quinzenalmente (n=2). Já a dificuldade de acesso aos serviços de saúde foi mencionada por três participantes (12%), todos

do grupo que se automedica raramente, o que pode indicar que, em situações pontuais de barreiras ao atendimento, os trabalhadores optam por soluções próprias. Motivos como estresse emocional relacionado ao trabalho (n=1; 4%) e de ser desembarcado caso procure a enfermaria (n=1; 4%), foram identificados entre os que se automedicam diariamente e semanalmente, respectivamente, sugerindo que a maior frequência pode estar associada a pressões ou desconfortos persistentes vivenciados no ambiente de trabalho.

No grupo dos participantes que fazem uso contínuo de medicamentos (n=3), dois relataram automedicação para alívio rápido dos sintomas, enquanto um justificou a prática pelo receio de ser desembarcado caso procurasse a enfermaria. Esses dados ressaltam que, mesmo entre aqueles submetidos a tratamento regular, a automedicação é empregada como estratégia para manutenção das atividades laborais.

Esses achados estão sintetizados na Figura 3, que apresenta a distribuição dos motivos declarados para a automedicação. Estudo de Schmid, Bernal e Silva (2010) corrobora esses dados ao indicar que a automedicação é frequentemente motivada pela insatisfação com o sistema de saúde e pela busca por soluções imediatas diante de sintomas que interferem na rotina profissional.

Figura 3– Motivos declarados para a prática da automedicação (n = 25)



Fonte: Os autores (2025)

Entre os participantes, os critérios mais citados para a escolha de medicamentos foram o conhecimento próprio (n=12), o atendimento de saúde disponível na plataforma (n=8) e a indicação de colegas de trabalho (n=7). Observa-se que a maioria das justificativas veio de participantes com ensino médio completo, refletindo o fato de que esse foi o nível de escolaridade predominante na pesquisa. Nos níveis de escolaridade menos representativos,

como ensino fundamental incompleto, ensino superior e pós-graduação, os mesmos motivos também foram mencionados, porém com menor frequência, tornando inviável qualquer comparação consistente entre escolaridade e critérios de escolha medicamentosa.

Quanto às fontes de informação sobre medicamentos, os profissionais de saúde foram os mais mencionados pelos participantes desta pesquisa (n=18), especialmente entre aqueles com ensino médio completo (n=12). O fato de os profissionais de saúde terem sido apontados como a principal fonte de informação sobre medicamentos pelos participantes desta pesquisa mostra a importância desse grupo no uso seguro dos medicamentos. Esse resultado vai ao encontro do que afirma Clavero (2017), ao destacar que a orientação desses profissionais é fundamental para evitar problemas como automedicação inadequada, uso excessivo de medicamentos e abandono do tratamento. Assim, os dados encontrados reforçam a confiança nas orientações técnicas e mostram como é importante manter e fortalecer esse tipo de acompanhamento para prevenir riscos à saúde.

No entanto, a internet também apareceu como fonte relevante (n=9), predominando entre indivíduos com escolaridade intermediária, como ensino médio completo (n=7) e incompleto (n=1), além do participante com pós-graduação(n=1). Esses dados indicam que, embora a busca por orientação profissional ainda seja predominante, os meios digitais têm sido cada vez mais utilizados para obtenção de informações sobre medicamentos, o que pode representar um risco em contextos de automedicação.

Essa tendência é confirmada por Braga (2023), que em seu estudo aponta que muitas pessoas que praticam a automedicação recorrem à internet em busca de orientações, o que pode resultar na utilização de medicamentos conflitantes e no surgimento de complicações. Isso demonstra que, embora os meios digitais ofereçam acesso facilitado à informação, o conteúdo disponível nem sempre é confiável ou adequado às necessidades clínicas individuais.

Esses dados, apresentados na Tabela 6, demonstram que o perfil predominante da amostra, trabalhadores com ensino médio completo, apresenta maior diversidade nas fontes de informação e critérios de escolha de medicamentos. No entanto, devido ao número reduzido de participantes nos demais grupos de escolaridade, não é possível estabelecer comparações significativas ou generalizações entre os níveis educacionais.

Tabela 6 – Critérios de escolha e fontes de informação sobre medicamentos (n = 25)

Categoria	Opções	n	%	Distribuição por escolaridade (n)
Critérios de escolha	Conhecimento próprio	12	48,0	Ensino médio completo (8), Pós-graduação (1), Ensino fundamental incompleto (1), Ensino completo (1), Ensino superior incompleto (1)
	Por orientação do atendimento de saúde na plataforma	8	32,0	Ensino médio completo (7), Ensino médio incompleto (1)
	Indicação de colega de trabalho	7	28,0	Ensino médio completo (5), Pós-graduação (1), Ensino fundamental incompleto (1)
	Outros	4	16,0	Ensino médio completo (3), Ensino fundamental completo (1)
Fontes de informação				
	Profissional de saúde	18	72,0	Ensino médio completo (12), Ensino fundamental completo (1), Ensino fundamental incompleto (1), Ensino médio incompleto (1), Ensino superior completo (1), Ensino superior incompleto (1), Pós-graduação (1)
	Internet	9	36,0	Ensino médio completo (7), Ensino médio incompleto (1), Pós-graduação (1)
	Colegas de trabalho	7	28,0	Ensino médio completo (5), Pós-graduação (1), Ensino fundamental incompleto (1)
	Outros	2	8,0	Ensino médio completo (2)

Fonte: Os autores (2025)

Sintomas indesejados após o uso de medicamentos foram mencionados por apenas um participante. Embora não tenha relatado a presença de doenças crônicas, esse indivíduo afirmou fazer uso contínuo de ansiolíticos e polivitamínicos, além de empregar analgésicos como principal classe farmacológica em suas práticas de automedicação realizadas semanalmente. A frequência de uso, combinada ao consumo de substâncias com potencial para interações e reações adversas, pode ter contribuído para o surgimento dos sintomas indesejáveis. A preocupação levantada por Azevedo *et al.* (2023) sobre os riscos de interações medicamentosas se mostra pertinente, uma vez que o uso combinado de diferentes substâncias pode comprometer a eficácia dos medicamentos, potencializar efeitos indesejados ou até provocar reações adversas.

Considerações finais

A automedicação mostra-se uma prática prevalente entre os trabalhadores *offshore*, sendo motivada principalmente pela busca por alívio rápido dos sintomas e pelo conhecimento prévio sobre os medicamentos utilizados. A predominância do uso de analgésicos e anti-inflamatórios reflete a tentativa de atenuar sintomas comuns associados ao esforço físico e às condições do ambiente laboral. Além disso, o uso de fontes não profissionais de informação, como a internet e orientações informais, evidencia riscos potenciais à saúde desses trabalhadores. Nesse contexto, torna-se essencial o desenvolvimento de estratégias de educação em saúde e a implementação de políticas que promovam o acesso a serviços médicos qualificados e a informações seguras sobre o uso de medicamentos, bem como a atuação do farmacêutico, que pode orientar sobre o uso racional e seguro dos medicamentos, identificar riscos de automedicação, acompanhar a farmacoterapia e promover ações educativas para a prevenção de efeitos adversos.

Em síntese, a automedicação entre trabalhadores *offshore* configura-se como um desafio à saúde ocupacional, exigindo ações integradas que promovam o uso racional dos medicamentos e minimizem os riscos associados. Nesse contexto, é importante considerar o estresse presente no ambiente *offshore*, caracterizado por isolamento, jornadas prolongadas e exigências físicas e emocionais intensas, como um fator que pode favorecer as práticas de automedicação. Dessa forma, intervenções que abordem tanto a gestão do estresse quanto a educação em saúde, aliadas à atuação do farmacêutico, podem contribuir de maneira significativa para a melhoria da qualidade de vida, segurança e bem-estar desses profissionais no contexto de trabalho.

Referências

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Uso racional de medicamentos:** um alerta à população. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/uso-racional-de-medicamentos-um-alerta-a-populacao. Acesso em: 31 out 2024.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.Resolução da Diretoria Colegiada nº 98, de 1º de agosto de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 de agosto de 2016.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Instrução Normativa nº 285, de março de 2024. Atualiza a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição, incorporando 260 medicamentos sintéticos, específicos e biológicos, além de 57 fitoterápicos. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.

BASTOS, *et al*. Riscos, agravos e adoecimentos entre trabalhadores atuantes em plataformas *offshore*: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 22, p. 1-9, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 538, de 12 de outubro de 2021. Atualiza critérios para reclassificação de medicamentos sujeitos a prescrição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. CFF. **Quase metade dos brasileiros que usaram medicamentos nos últimos seis meses se automedicou até uma vez por mês**. Conselho Federal de Farmácia, 2019. Disponível em: https://www.cff.org.br/noticia.php?id=5267. Acesso em: 31 out 2024.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA – CFF. Instrução Normativa nº 120, de 2022. Atualiza a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (LMIP). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2022.

COSTA, J. S.*et al.* Automedicação. **Scientific Electronic Archives**, [S. l.], v. 15, n. 9, 2022. DOI: 10.36560/15920221599.

FERREIRA, F. das C. G. *et al.* O impacto da prática da automedicação no Brasil: Revisão Sistemática.**Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 3, p. 1505–1518, 2021.

LIMA, D. S.; GUEDES, J. P. M. Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e automedicação. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 11, n. 5, p. e37211528232, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/22827. Acesso em: 1 out. 2025.

LISBOA, J. V. S.*et al*. Saúde mental dos trabalhadores *offshore*: uma análise sob a ótica da enfermagem. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, 2024. DOI: 10.61164/rmnm. v12i1.3126.

MARTINS, L. de S.*et a*l. Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição: um problema de saúde pública. **Revista Foco**, *[S. l.]*, v. 18, n. 6, p. e8587, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco. v18n6-008. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8587. Acesso em: 5 jun. 2025.

MOUZER, A. C. R. **Análise das atividades relacionadas ao medicamento e da inserção do farmacêutico em plataformas de petróleo.** 2015. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Farmácia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2015. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/21764. Acesso em: 1 out. 2025.

OLIVEIRA, F. S. **Orientação farmacêutica frente ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs):** uma revisão de literatura. 2021. 34f. Monografia (bacharel em Farmácia) -Centro Universitário AGES, Paripiranga, 2021.

SILVA, R. S. **A importância do profissional farmacêutico no controle à automedicação:** uma revisão integrativa. 2019. 24f. Monografia (Graduação em Farmácia) – Faculdade Nova Esperança de Mossoró, Mossoró, 2019.

Declaração de uso de IA

Reconheço o uso do *ChatGPT*® (versão 4.0, OpenAI) e *Microsoft Copilot*® como apoio em diferentes etapas deste TCC, incluindo a elaboração da introdução, seção de Materiais e Métodos, reestruturação da seção de Resultados e Discussão, organização dos resultados a partir das relações entre variáveis (idade x doença crônica, tempo de serviço x doença crônica, uso de medicamentos x doença crônica, entre outras), padronização das referências segundo as normas da ABNT, além de auxílio na revisão e aprimoramento da redação. Ressalto que todo o conteúdo gerado foi revisado, validado e ajustado por mim, e que assumo total responsabilidade pelas análises, interpretações e conclusões apresentadas neste TCC.